

Tribuna BANCÁRIA

APENAS
EM
FORMATO
DIGITAL

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO CEARÁ | EDIÇÃO Nº 1626 | 13 A 18 DE JULHO DE 2020



www.bancariosce.org.br



bancariosce



bancariosdoceara



seebce



85 99129 5101

FUNCIONÁRIOS DE BANCOS PÚBLICOS APROVAM PAUTAS ESPECÍFICAS PARA A CAMPANHA NACIONAL 2020



Os Congressos Nacionais de funcionários de BB, CEF e BNB aconteceram no último fim de semana, através de videoconferência (pág. 3, 4 e 5)

Santander é notícia na mídia nacional por postura condenável de demitir durante a pandemia (pág. 6)

Bolsonaro veta ultratividade dos acordos coletivos ao sancionar a MP 936 (pág. 8)

ELEIÇÕES PREVI: POR QUE VOTAR NA CHAPA 1 – PREVI PARA O ASSOCIADO?

Os associados da Previ têm um importante compromisso no período de 13 a 27 de julho. Durante esses dias, iremos escolher o novo diretor de Seguridade e representantes nos Conselhos Deliberativo e Fiscal, assim como nos Conselhos Consultivo dos Plano 1 e Previ Futuro.

Em decorrência da pandemia do novo coronavírus, foi necessário um adiamento do cronograma das eleições, retomado no dia 22 de junho. Para garantir a segurança sanitária de todos, os canais de votação serão todos virtuais: site da Previ, App Previ, terminais de autoatendimento e SisBB, para quem é da ativa.

O Sindicato dos Bancários do Ceará, assim como a maioria das entidades representativas dos funcionários do Banco do Brasil, tanto da ativa como aposentados, apoiam o voto na Chapa 1 – Previ para o Associado, por entenderem que o objetivo da Previ é garantir o bem-estar dos associados e aposentadoria digna para todos.

A Chapa 1 – Previ Para o Associado – defende a continuidade do modelo de gestão paritária e a eleição de metade dos dirigentes da Previ, pois a representação dos associados é o principal instrumento de defesa do patrimônio dos associados de interferências indevidas, sejam do governo, da direção do banco ou simplesmente, da ganância de agentes de mercado.

A Chapa 1 é contra a privatização do BB e defende o fortalecimento do Banco como instituição pública, que tem papel fundamental a cumprir na economia e no desenvolvimento do país. Se o BB for privatizado, o modelo de gestão paritária, os direitos dos associados e a própria Previ estarão totalmente ameaçados.

A Chapa 1 é composta por candidatos com experiência, conhecimento profundo da Previ, competência e capacidade de gestão, fatores considerados fundamentais para manter a solidez da Previ e defender os interesses dos associados. Além de proteger o patrimônio e os direitos de todos, a Chapa 1 pretende trabalhar pela implementação de melhorias nos planos de benefícios, defendendo maiores aportes do banco, aprimoramento no atendimento, oferta de empréstimos e financiamentos com taxas menores e redução de despesas administrativas para diminuir o impacto nas reservas dos participantes.



José Eduardo Rodrigues Marinho

Presidente em exercício
do Sindicato dos Bancários
do Ceará

Eleições na Previ

Como votar Chapa 1 de 13 a 27 de Julho

Todos os Associados podem votar:

- ✓ No site da Previ;
- ✓ Pelo aplicativo móvel da Previ (App);
- ✓ Terminais de autoatendimento (TAA) do BB;
- ✓ Associados da ativa podem votar pelo SisBB.

CHAPA 1
Previ para o associado

Por um BB público forte. Por uma Previ segura.

Siga-nos nas redes: • Site: previparaoassociado.com.br

Conheça todas as propostas em
www.previparaoassociado.com.br



www.bancariosce.org.br



[bancariosce](https://twitter.com/bancariosce)



[bancariosdoceara](https://www.instagram.com/bancariosdoceara)



[seebce](https://www.facebook.com/seebce)



[85 99129 5101](https://api.whatsapp.com/send?phone=85991295101)

Home Page: www.bancariosce.org.br – Endereço Eletrônico: bancariosce@bancariosce.org.br – Telefone geral : (85) 3252 4266 – Fax: (85) 3226 9194

Tribuna Bancária: imprensa@bancariosce.org.br – (85) 3231 4500 – Rua 24 de Maio, 1289 - 60020.001 – Fortaleza – Ceará

Presidente em exercício: José Eduardo Rodrigues Marinho – Repórter: Sandra Jacinto - CE01683JP

Projeto Gráfico e Diagramação: Normando Ribeiro CE00043DG – Esta edição não será impressa, disponibilizada apenas em PDF

FUNCIONÁRIOS DO BB DEFINEM REIVINDICAÇÕES ESPECÍFICAS PARA A CAMPANHA NACIONAL DOS BANCÁRIOS

Na plenária final do 31º Congresso Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil (CNFBB), os 212 delegados do congresso aprovaram as estratégias de luta e a pauta de reivindicações para a Campanha Nacional 2020 e as específicas do banco.

A abertura aconteceu de forma conjunta, para todos os congressos de bancos públicos (BB, CEF e BNB), na sexta-feira, dia 10 de julho, sob a coordenação da Contraf-CUT. “Esse momento de pandemia não vai impedir nossa mobilização, principalmente diante de um governo que prioriza a retirada de direitos dos trabalhadores. A defesa dos bancos públicos, que são fundamentais, para o desenvolvimento do país e para a diminuição das desigualdades, será uma das nossas prioridades para 2020”, disse Juvandia Moreira, presidente da Contraf-CUT, durante a abertura, que teve ainda a participação do professor e economista Luiz Gonzaga Belluzo, que destacou o importante papel dos bancos públicos para as políticas públicas durante a pandemia, mostrando que eles serão fundamentais também na retomada da economia.

O coordenador da Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil (CEBB), João Fukunaga, agradeceu a participação dos delegados e ressaltou a importância do congresso para a Campanha Nacional dos Bancários e para a luta específica dos funcionários. “Vivemos um momento difícil de nossa história, tanto no país e no mundo, quanto no banco. Querem acabar com tudo o que é público, com tudo o que possibilita o povo brasileiro a ter uma vida melhor. Não podemos ver isso e ficarmos calados. Temos que mostrar que o Banco do Brasil é do povo brasileiro”, disse.

A presidenta da Contraf-CUT, Juvandia Moreira, declarou que a defesa dos bancos públicos está no centro da campanha nacional dos bancários deste ano. “O movimento de agricultores familiares costuma dizer que ‘se o campo não planta, a cidade não janta’. Vou adaptar esse lema



31º CNFBB deixa claro que o Brasil precisa de banco público para conduzir uma política em favor da sociedade

acrescentando que se os bancos públicos não financiam, os produtores rurais não conseguem plantar. E ao BB se soma as ações da Caixa, do BNB, do Basa e dos demais bancos públicos. São eles os responsáveis pelo desenvolvimento do país e serão eles que nos ajudarão a sair da crise na qual nos encontramos. Por isso, a defesa do BB e dos demais bancos públicos será o ponto central de nossa Campanha Nacional”, disse.

Durante o Congresso, os delegados debateram ainda a importância do Banco do Brasil para conduzir políticas em favor da sociedade, traçaram estratégias para defender a representação dos trabalhadores na Cassi e Previ e enfatizaram o papel de um Banco do Brasil público e voltado a uma agenda de desenvolvimento sustentável, um desenvolvimento social do país.

MESA ÚNICA – O coordenador da CEBB também ressaltou a importância da unidade da categoria e da manutenção da mesa única de negociações com os

bancos públicos e privados. “A primeira premissa dessa campanha é defender a mesa única de negociações. Só a nossa unidade pode fazer que a gente saia com vitórias dessa campanha”, destacou. “Além do mais, defender a mesa única é também defender o Banco do Brasil e os direitos dos funcionários”.

DIREITOS E PANDEMIA – Fukunaga destacou, ainda a importância do congresso para debate sobre a manutenção de direitos dos funcionários durante esse período de pandemia. “Os debates nos trouxeram importantes contribuições para a organização da categoria e dos funcionários do BB para o enfrentamento dos ataques aos direitos que estão sendo desferidos contra os trabalhadores com a desculpa de que estamos em tempos de pandemia”, disse. “Os trabalhadores sofrem com a doença e com os cortes de direitos e perda de rendimentos”, concluiu. Entre os pontos debatidos durante o congresso, merece destaque a instituição do teletrabalho.

36º CONECEF DEFINE PAUTA DE REIVINDICAÇÕES ESPECÍFICA DA CAMPANHA NACIONAL 2020

Os 265 delegados do 36º Congresso Nacional dos Empregados da Caixa Econômica Federal (Conecef) definiram, no sábado, dia 11/7, as estratégias de luta e a pauta de reivindicações específica para a Campanha Nacional 2020.

A abertura aconteceu de forma conjunta, para todos os congressos de bancos públicos (BB, CEF e BNB), na sexta-feira, dia 10 de julho, sob a coordenação da Contraf-CUT. “Esse momento de pandemia não vai impedir nossa mobilização, principalmente diante de um governo que prioriza a retirada de direitos dos trabalhadores. A defesa dos bancos públicos, que são fundamentais, para o desenvolvimento do país e para a diminuição das desigualdades, será uma das nossas prioridades para 2020”, disse Juvandia Moreira, presidente da Contraf-CUT, durante a abertura, que teve ainda a participação do professor e economista Luiz Gonzaga Belluzo, que destacou o importante papel dos bancos públicos para as políticas públicas durante a pandemia, mostrando que eles serão fundamentais também na retomada da economia.

O coordenador da Comissão Executiva dos Empregados da Caixa (CEE/Caixa), Dionísio Reis, enalteceu a importância de todos os delegados entenderem e aprovarem a estratégia de luta definida durante o 36º Conecef. “Estamos num ano em que precisaremos de muita luta e muita resistência. Por isso, a nossa pauta de reivindicações foi preparada visando a manutenção dos nossos direitos e o avanço contra aqueles que querem acabar com o patrimônio nacional”, disse.

Com o mote “A distância não nos limita”, o evento contou com a participação de bancários de todo o Brasil. O debate sobre o Saúde Caixa priorizou o fim do teto de gastos e que seja sustada a resolução 23 da CGPAR, que retira direitos dos trabalhadores das empresas estatais federais, como a Caixa. Além de tratar do déficit desse sistema.

Outro tema tratado durante o 36º



Conecef foi a necessidade de defender a Funcef. Os delegados aprovaram manifesto em defesa do fundo ressaltando a necessidade de se restabelecer o respeito aos participantes ativos, aposentados e assistidos de todos os planos e benefícios. Esteve também na pauta do Congresso a questão da vida, uma luta diária para empregados Caixa, que têm feito grande resistência e reivindicado protocolos de segurança e condições de trabalho. Os empregados debateram ainda a defesa das empresas públicas e da aprovação do PL 2715/2020, que tramita na Câmara dos Deputados e propõe a paralisação das privatizações até um ano após o fim do estado de calamidade pública.

O principal fórum de debates e deliberações dos trabalhadores da Caixa debateu a defesa da Vida, da Democracia, das Empresas Públicas, dos Bancos Públicos e da Caixa 100% Pública. O evento discutiu ainda Saúde e Condições de Trabalho dos empregados, Saúde Caixa e Funcef.

Ao longo do Congresso virtual foram realizadas apresentações culturais e participação de diversos colegas.

A pauta de reivindicações foi aprovada em cima de três eixos:

- **Defesa da Vida:** Democracia; Empresas Públicas; Bancos Públicos; Defesa da Caixa 100% Pública
- **Saúde:** Saúde e Condições de Trabalho; Saúde Caixa; Funcef
- **Direitos:** CCT e ACT; Contratações.

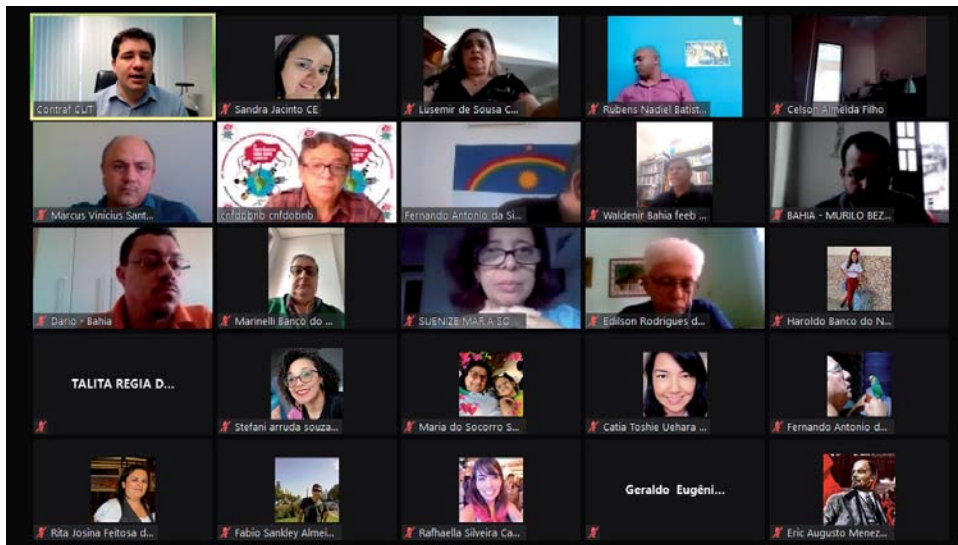
FUNCIONÁRIOS DO BNB DEFINEM PRIORIDADES PARA CAMPANHA NACIONAL 2020

Durante os dias 10 e 11 de julho, cerca de 70 delegados e delegadas participaram do 26º Congresso Nacional dos Funcionários do BNB. Devido à pandemia do novo coronavírus, o evento foi realizado, pela primeira vez, de forma totalmente virtual.

A abertura aconteceu de forma conjunta, para todos os congressos de bancos públicos (BB, CEF e BNB), na sexta-feira, dia 10 de julho, sob a coordenação da Contraf-

CUT. “Esse momento de pandemia não vai impedir nossa mobilização, principalmente diante de um governo que prioriza a retirada de direitos dos trabalhadores. A defesa dos bancos públicos, que são fundamentais, para o desenvolvimento do país e para a diminuição das desigualdades, será uma das nossas prioridades para 2020”, disse Juvandira Moreira, presidente da Contraf-CUT, durante a abertura, que teve ainda a participação do professor e economista Luiz Gonzaga Belluzo, que destacou o importante papel dos bancos oficiais na implantação de políticas públicas durante a pandemia, mostrando que eles serão fundamentais também na retomada da economia.

O Congresso Nacional dos Funcionários do BNB continuou no sábado, 11/7, por videoconferência, para deliberar sobre as prioridades do funcionalismo para a Campanha Nacional 2020. Participaram neste dia, além dos representantes de todas as entidades que compõem a Comissão Nacional dos Funcionários do BNB (CNFB-NB), o diretor de Administração do BNB, Haroldo Maia e do superintendente de Desenvolvimento Humano do Banco, Marcos Marinelli, que ressaltaram a importância da defesa do BNB como banco público que atua para diminuir as desigualdades na região. A presidenta da AFBNB, Rita Josina, e o Conselheiro Representante dos



Funcionários do BNB, Rhéberny Oliveira, estiveram no evento e ressaltaram a necessidade de fortalecimento do Banco e valorização dos funcionários.

Em seguida, foram realizados dois painéis. A economista do Dieese Catia Uehara, fez uma breve análise do balanço do BNB, destacando a atuação do Banco no microcrédito e na agricultura familiar e criticou a proposta de alguns parlamentares em tentar distribuir os recursos do FNE para outros setores, o que limitaria a atuação do BNB. Ela ressaltou ainda a importância de defender os bancos públicos, que atuam minimizando a desigualdade e onde os bancos privados não têm interesse de atuar.

O secretário geral da Contraf-CUT, Gustavo Tabatinga, falou no segundo painel, sobre os desafios da Campanha Nacional 2020. Ele destacou a importância das negociações entre o Comitê de Crise criado com a Fenaban, para debater as demandas dos bancários durante a pandemia e que essa organização e mobilização devem continuar durante a Campanha deste ano. Ele destacou ainda que a ultratividade dos acordos coletivos foi vetada por Bolsonaro ao sancionar a MP936, aprovada com esse item no Congresso. “Tudo que depender de uma canetada do presidente da República, nós podemos esperar sempre o pior, porque é prioridade desse governo retirar direitos

da classe trabalhadora”, disse. E completa: “dessa forma, temos de buscar a negociação para que possamos garantir nossos direitos até o dia 31/8. Esta é a nossa prioridade”, concluiu.

“Os bancos públicos estão sobre constantes ameaças nesse governo Bolsonaro. Nós sofremos isso sempre no BNB, que é fundamental para o desenvolvimento da nossa região. O governo quer esvaziar o BNB e nós não podemos deixar que isso

aconteça, assim como não permitiremos a privatização do BB e o esvaziamento da Caixa, bancos que tanto prezam e se dedicam ao seu papel de desenvolvimento da nossa nação. Precisamos manter a nossa mobilização, mesmo à distância”, afirmou o coordenador da Comissão Nacional dos Funcionários do BNB, Tomaz de Aquino.

Ao final do Encontro, os delegados aprovaram a recomendação de VOTO NÃO para reforma estatutária da Camed e uma nota em defesa do BNB e do Nordeste, além da Minuta Específica de Reivindicações para o exercício 2020/2021, que apresenta como novidades os artigos a seguir:

- Manutenção do atual acordo, acrescentado das novas cláusulas negociadas;
- Defesa da mesa única de negociação;
- Pagamento de vale transportes em caso de restrição dos transportes públicos;
- Abono das horas não trabalhadas durante a pandemia;
- Comitê de crise sobre Covid 19, com participação das entidades representativas;
- Debate com o Banco sobre a questão do teletrabalho;
- CrediAmigo e AgroAmigo sob coordenação dos funcionários concursados;
- Atividades laborais que foram suspensas devem retornar de imediato no pós-pandemia.

FOLHA DE SP DENUNCIA NOVAMENTE AS DEMISSÕES NO SANTANDER EM PLENA PANDEMIA

O jornal Folha de São Paulo denunciou mais uma vez a prática desumana do banco Santander em plena pandemia. A reportagem da jornalista Isabela Bolzani, “Santander demite 20 pessoas por dia útil em junho”, aborda o processo de demissão em massa latente no banco privado. Confira a íntegra da reportagem:

Santander demite 20 pessoas por dia útil em junho

O Santander Brasil demitiu cerca de 20 pessoas por dia útil de 5 de junho a 3 de julho. O último levantamento realizado pelos sindicatos do país apontou que, até esta sexta-feira (3), o banco havia demitido pelo menos 433 funcionários.

No domingo (5), o banco completou um mês desde o início das demissões –que ocorrem durante a pandemia do novo coronavírus e mesmo após o banco ter assinado um compromisso público de que não demitiria enquanto durasse a crise.

Até agora, as demissões acontecem em diversos estados brasileiros. O Santander é o único dos cinco maiores bancos do país (que também contam com Banco do Brasil, Bradesco, Caixa e Itaú) a demitir.

O Santander disse por meio de sua assessoria de imprensa que não comentaria as demissões nem abriria o número exato de desligamentos ou contratações que o banco fez desde o início de junho.

Segundo a dirigente do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região, Lucimara Malaquias, o volume de demissões é defasado e pode ser ainda maior, uma vez que, depois da nova lei trabalhista, os desligamentos não precisam mais ser homologados pelo sindicato.

“Tivemos uma mesa de negociação em 1º de julho, mas o banco se negou a fornecer números exatos das demissões e se recusou a negociar qualquer interrupção nessas demissões”, afirma.

Os sindicatos dos bancários de diversos estados brasileiros fizeram manifestações em agências e redes sociais contra as demissões ao longo de junho. Os bancários também reclamam que as metas dos trabalhadores foram aumentadas durante a pandemia e que há ameaça de demissão caso elas não sejam cumpridas.

Os sindicatos também chegaram a enviar uma carta a Juan Gorostidi, o diretor de relações trabalhistas do Santander na Espanha em busca de auxílio, mas o executivo afirmou que as questões devem ser tratadas diretamente pela operação do banco no Brasil.

Dentre as denúncias, também houve relatos de que o Santander aprovou mudanças no Banesprev (fundo de previdência dos funcionários do antigo Banespa), desrespeitando o termo de compromisso estabelecido em acordo coletivo e assinado pelo banco e pelos representantes de funcionários.

O termo garantia o aviso da mudança aos funcionários e a instalação de um grupo de trabalho com número igual de participantes para cada parte —ambos acordos que o banco teria descumprido.

A proposta do Santander visa substituir o plano de benefício definido –no qual é pré-fixado o valor a ser retirado na aposentadoria– por um plano de contribuição definida –que pré-define a contribuição ao longo do plano e o montante a ser retirado varia em função da quantia, do tempo de contribuição e da rentabilidade.

A mudança, segundo relatos, também foi dirigida para o público que já tem o direito à renda vitalícia.

Nesta sexta-feira (3), a juíza Cissa de Almeida Biasoli, da 75ª Vara da Justiça do Trabalho do Rio de Janeiro, determinou que o banco se abstinhasse de dar prosseguimento à proposta apresentada para reestruturação do Banesprev e de formular qualquer outra proposta unilateral sobre o tema sem considerar a conclusão do grupo técnico de trabalho descrito no termo de compromisso feito entre o banco e os representantes de funcionários.

A pena para o descumprimento é de uma multa diária de R\$ 1.000 para cada beneficiário da Banesprev, a contar do recebimento da intimação por mandado.

“O que temos de concreto é que assim como o banco afirmou que não faria demissões na pandemia, ele também se comprometeu a não fazer alterações no Banesprev. Existe um termo de compromisso que determina a instituição desse grupo de trabalho e isso precisa ser cumprido”, afirmou o secretário de assuntos socioeconômicos e representante da Contraf-CUT, Mario Raia.

OUTRO LADO

O Santander disse por meio de sua assessoria de imprensa que não comentaria as demissões nem abriria o número exato de desligamentos ou contratações que o banco fez desde o início de junho. O banco também afirmou que ainda não foi notificado sobre a decisão judicial. Previamente, o Santander havia afirmado, em nota, que seguiu todas as normas do processo de aprovação para a alteração do plano pelo conselho deliberativo do Banesprev. “O novo plano ainda será submetido à avaliação e anuência do órgão competente, a Previc, e a alternativa de migração dos atuais contribuintes para esta modalidade será opcional. A instituição acrescenta que o sindicato e as associações de aposentados foram reiteradamente convidadas a discutir a proposta, mas não apresentaram contribuições. Cabe destacar, ainda, que o Plano CD oferece aos participantes as possibilidades de transmissão da reserva atuarial para herdeiros e de resgate imediato de até 25% da reserva, entre outros benefícios”, disse, em nota.

REUNIÃO POR VIDEOCONFERÊNCIA DEBATE RETOMADA DAS ATIVIDADES NO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL

A Comissão Nacional dos Funcionários do BNB (CNFBNB) se reuniu com a direção do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), através de videoconferência, na quarta-feira, dia 8 de julho, para debater o plano de retomada das atividades anunciado pela instituição financeira.

De acordo com comunicado enviado pelo Banco, o processo de retomada iniciou no último dia 6 de julho, dividida em fases até completar o índice de retorno de 100% dos funcionários no dia 17 de agosto. Nessa primeira fase, retornam os funcionários que não fazem parte de nenhum grupo de risco, bolsistas de curso superior e jovens aprendizes, com percentual máximo de retorno de 70% nas agências e 45% nas demais unidades.

Questionada pela Comissão Nacional sobre os cuidados nesse retorno, a Superintendência de Desenvolvimento Humano do BNB garantiu que todo o processo está sendo realizado observando todas as regras de orientação das autoridades sanitárias, para que funcionários e clientes encontrem um ambiente seguro dentro das unidades.

O Banco informou ainda que o retorno será de forma gradual e acompanhando e observando a realidade sanitária de cada



local, podendo as datas das fases serem readaptadas de acordo com decretos municipais/estaduais, em defesa da saúde de todos.

Tomaz de Aquino, coordenador da CNFBNB, reforçou a preocupação com a instalação e distribuição de acessórios

que garantam a segurança sanitária (como divisórias de acrílico e equipamentos de proteção individual – EPI) e que as entidades representativas dos funcionários estão sempre abertas ao diálogo, valorizando o processo de negociação, sempre que for necessário.

EDITAL ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas do Ramo Financeiro no Estado do Ceará - SINTRAFI-CE, também denominado Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários no Estado do Ceará, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 07.340.953/0001-48, Registro sindical MTIC nº 208.327-59, por seu presidente abaixo assinado, convoca todos os empregados em estabelecimentos bancários dos bancos públicos e privados, sócios e não sócios, da base territorial deste sindicato, para a assembleia geral extraordinária que se realizará de forma remota/virtual durante o período das 18:00 horas do dia 20 de julho até às 22:00 do dia 21 de julho de 2020, na forma disposta no site bancariosce.org.br onde estarão disponíveis todas as informações necessárias para a deliberação acerca da seguinte pauta: 1. Autorizar a diretoria do Sindicato a negociar e celebrar Convenção Coletiva de Trabalho, Convenção Coletiva sobre Participação dos Empregados nos Lucros e/ou Resultados dos Bancos, Convenção Coletiva de Trabalho sobre Relações Sindicais e Acordos Coletivos de Trabalho aditivos à CCT e, frustradas as negociações, defender-se e/ou instaurar dissídio coletivo de trabalho, bem como delegar poderes para tanto; 2. Deliberar sobre aprovação da minuta de pré-acordo de negociação e minuta da Pauta de Reivindicações da categoria bancária, data-base 1º de setembro, definidas na 22ª Conferência Nacional dos Bancários que inclui desconto a ser feito nos salários dos empregados em razão da contratação a ser realizada (contribuição negocial).

Fortaleza, 16 de julho de 2020.

José Eduardo Rodrigues Marinho
Presidente em exercício

BOLSONARO VETA ULTRATIVIDADE DAS CONVENÇÕES E ACORDOS COLETIVOS

O presidente da República, Jair Bolsonaro, sancionou com vetos o texto aprovado pelo Senado que institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda. Entre os vetos, está o trecho que dizia que “as cláusulas das convenções coletivas ou dos acordos coletivos de trabalho vencidos ou vincendos, salvo as que dispuserem sobre reajuste salarial e sua repercussão nas demais cláusulas de natureza econômica, permanecerão integrando os contratos individuais de trabalho, no limite temporal do estado de calamidade pública, e somente poderão ser modificadas ou suprimidas mediante negociação coletiva.”

Segundo o presidente, “a propositura legislativa contraria o interesse público, tendo em vista que a vedação atualmente em vigor à ultratividade das normas coletivas, por força da reforma trabalhista (Lei nº 13.467, de 2017), visa incentivar a negociação, a valorização da autonomia das partes e a promoção do desenvolvimento das relações de trabalho.”

“É um absurdo o governo Bolsonaro vetar a ultratividade aprovada pelo Congresso Nacional. Mais uma demonstração de que não governa para a classe trabalhadora e sim contra ela”, disse a presidenta da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), Juvandia



Moreira. “Dizer que o veto é de interesse público e tentar justificar que se trata de algo que visa incentivar a negociação entre patrões e empregados, desconsiderando que estamos em um momento de pandemia, é uma mentira deslavada. Querem aproveitar esse momento de crise para reduzir o poder de negociação dos trabalhadores e aumentar o do empresariado”, criticou a presidenta da Contraf-CUT.

REDUÇÃO SALARIAL

Sancionada, a antiga Medida Provisória (MP) 936 tornou-se a Lei 14.020 e foi publicada na edição desta terça-feira (7) do Diário Oficial da União. Além de criar o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, ela permite acordos de redução proporcional dos salários e da jornada de trabalho de 25%, 50% ou 70%,

além de suspensão dos contatos, durante o período de calamidade pública decretada pelo governo em razão da pandemia causada pelo novo coronavírus.

O governo também vetou o item que prorrogou até o ano que vem a desoneração da folha de pagamento de empresas de 17 setores de atividade. O prazo atual vai até dezembro próximo. Além disso, foi vetado trecho que permitia a empregados sem direito ao seguro-desemprego e dispensados sem justa causa durante a pandemia o acesso ao auxílio emergencial.

PRESSÃO NO CONGRESSO

Mesmo diante de um interminável caos político, socioeconômico e com a pandemia do coronavírus sem controle, o presidente continua a destruir, de acordo com suas conveniências, tudo o que foi construído no Congresso Nacional, com muita luta, para minimizar os prejuízos dos trabalhadores e trabalhadoras”, observou Jeferson Meira, o Jefão, Secretário de Relações do Trabalho da Contraf-CUT.

“Vamos, mais uma vez, pressionar o Congresso Nacional, para que o veto presidencial seja derrubado”, concluiu Juvandia.

Para serem derrubados, os vetos presidenciais precisam de maioria absoluta na Câmara ou no Senado, 257 e 41 votos, respectivamente.

Entregadores por aplicativo

Depois da repercussão e da grande adesão à greve do último dia 1º/7, em pelo menos 18 capitais e outras cidades de médio porte, os entregadores de alimentação por aplicativo decidiram marcar uma nova paralisação. Desta vez eles pretendem parar em um sábado e o dia já foi escolhido: 25/7. O sábado, dizem os trabalhadores, é o dia de maior movimento de pedidos de entregas. Os entregadores dizem que as empresas como Ifood, Rappi, Uber, Loggi e James, entre outras, não responderam ao pedido de melhores condições de trabalho, como aumento no valor da taxa mínima de corrida, equipamentos de proteção, seguro de vida e alimentação, fim dos bloqueios por empresas, entre outras reivindicações.

Máscara salva

O uso de máscara pela população pode reduzir em 40% a taxa de crescimento das infecções pelo novo coronavírus. O dado é resultado de uma pesquisa feita na Alemanha e publicada no site VoxEU. Os pesquisadores analisaram o avanço dos casos na cidade de Jena, que tem 110 mil habitantes e foi a primeira da Alemanha a adotar o uso obrigatório de máscara, em 6/4 —enquanto grande parte do país só passou a usar máscara a partir de 27/4. De acordo com o estudo, a taxa de novos casos registrados caiu para quase zero nos dias subsequentes à introdução das máscaras.

Cloroquina

Logo depois de Bolsonaro revelar que testou positivo para o novo coronavírus e que fez uso da hidroxicloroquina, a Organização Mundial da Saúde (OMS) reafirmou que a substância é completamente ineficaz no tratamento da Covid-19. “Interrompemos o ensaio da hidroxicloroquina pela segurança, já que não podemos colocar a vida das pessoas em risco. Temos evidências suficientes para saber que não há nenhum impacto para pacientes hospitalizados com Covid-19”, disse em entrevista coletiva Soumya Swaminathan, cientista-chefe do órgão, ao explicar por que os testes com a substância foram suspensos. Na entrevista, Michael Ryan, diretor-executivo do Programa de Emergências em Saúde da entidade, disse torcer pela pronta recuperação de Bolsonaro e reforçou que todos temos a mesma vulnerabilidade.